

**CRENCIAMENTO Nº 02/2025**  
**(Compras.gov 275/2025)**

PROCESSO : TC/008723/2025  
MODALIDADE : CRENCIAMENTO  
CONTRATANTE : TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
**OBJETO : PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUBMISSÃO DA PROPOSTA PARA A ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO, CONFORME CHAMADA PÚBLICA VIGENTE.**

PRAZO : INDETERMINADO  
ENVIO DOS DOCUMENTOS : Petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (<https://portal.tcm.sp.gov.br/Jurisdicionado>) – Tipo de Protocolo: “Credenciamento nº 02/2025 TCMSP”.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130, Vila Clementino, nesta Capital, torna público para conhecimento de quantos possam interessar, em obediência ao que preceituam a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Leis Complementares nº 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Federal nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020, Decretos Municipais nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e nº 56.475, de 05 de outubro de 2015 e demais normas pertinentes, o **CRENCIAMENTO** a ser processado pelo Agente designado pelo Tribunal, que será regido pelas seguintes cláusulas:

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente Edital é o credenciamento de interessados na realização de projetos de eficiência energética e uso racional de energia elétrica visando à modernização das instalações do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP, com posterior submissão de proposta no âmbito da Chamada Pública vigente da ENEL Distribuição São Paulo (ENEL), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente Edital de Credenciamento ficará aberto por tempo indeterminado para ingresso de novos interessados.
- 1.3. Será permitido o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de credenciamento permanecer vigente.
- 1.4. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do Tribunal de Contas do

Município de São Paulo em efetivar a contratação do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 O Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da presente contratação.

2.1.1. Todos os custos, despesas e encargos relacionados ao objeto deste Edital correrão exclusivamente por conta da contratada

2.1.2. Todos os encargos financeiros decorrentes da eventual execução da obra serão integralmente custeados com recursos de terceiros, sem qualquer reembolso ou responsabilidade financeira, direta ou indireta, por parte deste Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. Poderão participar deste Credenciamento interessados com ramo de atividade compatível com o objeto deste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto Federal nº 3.722/2001, com a redação conferida pelo Decreto Federal nº 4.485/2002.

3.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente Credenciamento, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no Credenciamento, sob pena de exclusão sumária das representadas.

3.3. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei n. 14.133/21.

3.3.1. O consórcio deverá entregar, juntamente com os documentos de habilitação:

3.3.1.1. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.3.1.2. Documento com indicação da empresa líder pelo consórcio, que será responsável por sua representação perante o TCMSP;

3.3.2. Será admitido, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

3.3.3. A empresa consorciada é impedida de participar, no presente credenciamento, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

3.3.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio.

3.3.5. A empresa líder será a representante do consórcio, perante a CONTRATANTE, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

3.3.6. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

3.3.7. Tratando-se de consórcio, o interessado fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

3.3.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TCMSP e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possua, no mínimo, os mesmos quantitativos, para efeito de qualificação técnica, apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo de credenciamento que originou o contrato.

3.4. Não poderão participar deste Credenciamento:

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de participar de licitação, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.2.1. O impedimento de que trata esse subitem será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

3.4.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCMSP ou com agente público que desempenhe função no processo de Credenciamento ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.6. agente público do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

3.4.6.1. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. O interessado poderá **vistoriar o local**, no período compreendido entre 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante **prévio agendamento**, em horário comercial, com o Engenheiro Antonio Fernando Cruz Sampaio, pelo telefone (11) 5080-1303 ([antonio.sampaio.tcmsp.tc.br](mailto:antonio.sampaio.tcmsp.tc.br)), Engenheiro Gilberto Serai, pelo telefone (11) 5080-1966 ([gilberto.serai@tcmsp.tc.br](mailto:gilberto.serai@tcmsp.tc.br)) ou com o Engenheiro Vítor Andrade de Moura, pelo telefone (11) 5080-1187 ([vitor.andrade@tcmsp.tc.br](mailto:vitor.andrade@tcmsp.tc.br)).

#### 4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. No presente Credenciamento, a habilitação ocorrerá em concomitância com a apresentação das propostas.

4.2. O interessado deverá encaminhar a proposta contendo a descrição do objeto, acompanhada dos documentos de habilitação, por meio de petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, ou pelo Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (<https://portal.tcm.sp.gov.br/Jurisdicionado>) – Tipo de Protocolo: “Credenciamento nº 02/2025 TCMSP”.

4.3. A qualquer momento antes da assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is), os interessados poderão solicitar o seu descredenciamento, o que não implicará em alteração ou extinção de contratos ainda vigentes.

4.4. Os interessados deverão manter atualizadas, durante a vigência do Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de descredenciamento.

#### 5. DOS DOCUMENTOS

5.1. O interessado no Credenciamento deverá encaminhar:

5.1.1. **Proposta**, conforme modelo do Anexo II, devendo:

5.1.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo interessado ou seu representante legal;

5.1.1.2. Indicar nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal;

5.1.1.3. Constar preço total para a execução da obra/reforma, expresso em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas após a vírgula, computados todos os custos e demais encargos que incidam sobre o objeto.

5.1.1.4. Declarar que está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

5.1.2. **Projeto executivo** de eficiência energética e uso racional de energia elétrica visando à modernização das instalações do Tribunal de Contas do Município de São

Paulo – TCMSP

5.1.3. **Planilha orçamentária** em nível executivo, contendo todos os insumos previstos, com suas respectivas quantidades e composições de custo unitário, conforme a Tabela EDIF (não desonerada) da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB. Para os serviços não contemplados na referida tabela, deverão ser apresentadas composições de preço extra-tabela (PET), com base em no mínimo três fontes distintas. A planilha deverá incluir também a composição detalhada das taxas de BDI, organizada conforme a ordem sequencial prevista para a execução dos serviços.

5.1.3.1. Na hipótese de o edital da ENEL estabelecer exigências adicionais às previstas neste Edital, o interessado deverá apresentar planilha orçamentária que contemple todas as exigências aplicáveis, podendo, a seu critério, fazê-lo em documentos distintos, desde que estejam devidamente organizados e compatíveis com os critérios técnicos e operacionais exigidos.

5.1.4. **Cronograma físico-financeiro** contemplando todas as etapas da obra, com a descrição, sequenciamento e duração das atividades, observando os prazos necessários para a execução de cada serviço. O cronograma deverá refletir fielmente a planilha orçamentária, identificar os marcos de referência do projeto e distribuir os custos ao longo do tempo, projetando o fluxo de desembolsos financeiros durante a execução da obra.

5.1.5. **Termo de Compromisso** estabelecendo que a proponente será responsável pela submissão, execução e acompanhamento do projeto, caso venha a ser aprovado, conforme Anexo III.

5.1.5.1. Esse termo tem por finalidade garantir que a empresa proponente tenha autorização expressa do TCMSP para atuar em seu nome, assumindo as obrigações previstas no edital vigente da ENEL e no próprio credenciamento.

5.1.6. **Termo de Doação** pelo qual a proponente transmite, de forma irrevogável e gratuita, ao TCMSP, o projeto executivo de engenharia elaborado no âmbito do credenciamento, independentemente de sua aprovação pela ENEL, conforme Anexo IV.

5.2. O interessado deverá, comprovadamente, possuir poderes para a prática dos atos decorrentes do Credenciamento, na forma da lei.

5.3. A proposta será documentada nos autos, devendo ser observada no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à Credenciada/Contratada, se for o caso.

5.3.1. Todas as especificações do objeto, contidas na proposta, vinculam a Credenciada/Contratada.

5.4. Será desclassificada a proposta que:

5.4.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

5.4.2. Não obedeça às especificações técnicas contidas em edital;

5.4.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital,

desde que insanável.

5.5. Será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do interessado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.5.1. SICAF;

5.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

5.5.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

5.5.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.5.5. Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

5.5.6. Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

5.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e também de seu sócio majoritário, inclusive de todas as empresas reunidas em consórcio, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.7. Constatada a existência de sanção, o interessado não poderá ser contratado, por falta de condição de participação.

5.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos interessados será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

5.8.1. O interessado, para efeitos da habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante a utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

5.9. Os interessados poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

5.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais ou não digitalizados, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.12. Todos os documentos deverão estar em nome da empresa interessada e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.

5.12.1. Se a interessada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.12.2. Se a interessada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

5.12.3. Se a interessada for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

5.12.4. Em caso de consórcio, cada um dos membros deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas neste Edital.

5.12.4.1. Cada membro deverá, também, comprovar as exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado

5.13. Os interessados poderão suprir a ausência da documentação de habilitação, que deveria constar no SICAF ou não contemplados por ele, encaminhando, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**5.13.1. Habilitação Jurídica:**

5.13.1.1. **Comprovação de existência da pessoa jurídica** e, quando cabível, da autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

**5.13.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

5.13.2.1. **Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);**

5.13.2.2. **Prova da inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.13.2.3. **Prova da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.13.2.4. **Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

5.13.2.5. **Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

5.13.2.6. **Certidão Negativa de débitos referentes a tributos estaduais** relacionados com o objeto da contratação, do domicílio ou sede do interessado.

5.13.2.7. Os interessados com domicílio ou sede no Estado de São Paulo deverão



comprovar a regularidade fiscal por meio da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Portaria CAT nº 20, de 1º de abril de 1998.

**5.13.2.8. Prova da regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do interessado, relativamente aos tributos mobiliários;

5.13.2.8.1. Caso seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração** da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.13.2.8.2. Caso não esteja cadastrado como contribuinte neste Município, deverá apresentar, também, **DECLARAÇÃO de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo**, relativamente aos tributos mobiliários, conforme constante do Anexo VI deste Edital.

5.13.2.9. Os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do interessado, inclusive por meio eletrônico.

5.13.2.10. Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### **5.13.3. Qualificação Técnica - Operacional**

5.13.3.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da empresa interessada, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) ter realizado projeto(s) de eficiência energética.

5.13.3.1.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) estar **acompanhado(s) da(s) CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT expedido pela entidade competente (sistema CREA/CONFEA ou CAU)**.

5.13.3.1.2. Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

### **5.13.4. Qualificação Técnica – Profissional**

5.13.4.1. **Comprovação de registro da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, evidenciando sua habilitação legal para a execução de serviço de características semelhantes ao objeto deste Credenciamento.

5.13.4.1.1. Caso o licitante seja registrada no CREA/CAU/CRT de outro Estado, deverá apresentar o visto do CREA-SP/CAU-SP/CRT-SP.

### **5.13.5. Qualificação Econômico-Financeira:**

5.13.5.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor do principal



estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação da documentação, se outro prazo não constar do documento.

5.13.5.1.1. No caso de certidão positiva, o interessado deverá juntar a Certidão de Objeto e Pé do processo, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

5.13.5.1.2. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento relativos à sua solvência ou não, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação do documento no Credenciamento, se outro prazo dele não constar.

5.13.5.2. No caso de empresa em **Recuperação Judicial**, o interessado deverá apresentar uma **declaração/certidão**, emitida pela instância judicial competente, que comprove a homologação/deferimento do seu plano de recuperação judicial/extrajudicial pelo juízo competente, a sua vigência, e, por conseguinte, a sua boa saúde financeira.

5.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

5.14.1. **DECLARAÇÃO** subscrita por quem detenha poderes de representação, se for o caso, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 56.475/2015, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, conforme modelo constante do Anexo V.

5.14.1.1. No caso de microempreendedor individual, a declaração poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

5.14.2. **DECLARAÇÃO** firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários, caso não esteja cadastrado como contribuinte neste Município, conforme modelo constante do Anexo VI.

5.14.3. **DECLARAÇÕES**, conforme modelo constante do Anexo VII, que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- b) Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Está ciente a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto do Credenciamento;
- e) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que

proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

- f) Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- g) Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- h) Conhece o inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- i) Que, credenciada, submeterá o projeto executivo e todos os documentos exigidos na vigente Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética e Uso Racional de Energia Elétrica, com o objetivo de integrar o Programa de Eficiência Energética da Enel Distribuição São Paulo;
- j) Tem ciência de que a execução da obra/reforma e eventual remuneração estão condicionadas à aprovação do projeto e liberação dos recursos financeiros pela ENEL.

5.15. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 2, de 11 de outubro de 2010.

5.15.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o interessado esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

5.15.2. Caso o Agente de Contratação não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.16. Na análise dos documentos de habilitação poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.17. Será inabilitado o interessado que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.18. Os documentos apresentados deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica do Edital, do próprio documento ou de lei aplicável à espécie, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da sua expedição.

5.19. O indeferimento do pedido de credenciamento não inibirá a sua reapresentação, pelo interessado, condicionado ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.

## **6. DOS RECURSOS**

6.1. É assegurado a qualquer interessado o direito de recorrer da decisão que tenha classificado ou desclassificado uma proposta, bem como daquela que tenha habilitado ou inabilitado um interessado.

6.2. O recorrente terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, contados da data da publicação do resultado, sob pena de preclusão, ficando os demais interessados intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.3. O recurso deverá ser endereçado para a Comissão de Contratação e ser encaminhado por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (<https://portal.tcm.sp.gov.br/Jurisdicionado>) – Tipo de Protocolo: “Credenciamento nº XX/20XX TCMSP”.

6.4. A Comissão de Contratação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.5. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

6.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeitos suspensivos.

6.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **7. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

7.1. As obrigações decorrentes deste Credenciamento consubstanciar-se-ão nos termos da minuta de Contrato - Anexo VIII.

7.2. Após a homologação, a Credenciada será convocada pelo Tribunal de Contas para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de convocação, assinar o Termo de Contrato.

7.2.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo, sob alegação de motivo justo que poderá, ou não, ser aceito pela Administração do Tribunal.

7.3. TCMSP poderá convocar o credenciado durante toda a vigência do credenciamento, para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021 e neste edital de credenciamento.

7.4. Antes de celebrar o contrato, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal (CADIN), conforme estabelecido no inciso I, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005, ou na Legislação que vier a substituí-la.

7.4.1. Caso exista registro de débito no CADIN, a Credenciada estará impossibilitada de contratar com a Administração, salvo se estiver suspenso o impedimento, conforme dispositivo legal vigente, ou se a Credenciada comprovar ter ajuizado ação com garantia oferecida, na forma da lei, ou ainda, comprovar estar suspensa a exigibilidade do crédito.

7.5. Antes da assinatura do contrato, a Credenciada deverá apresentar, além dos documentos que estiverem vencidos:

7.5.1. **O contrato social e a procuração** de plenos poderes, para a sua assinatura;

7.5.2. **Certificação CMVP** – *Certified Measurement and Verification Professional*, emitida pela *Efficiency Valuation Organization (EVO)*, do responsável técnico pela elaboração da Estratégia e do Plano de Medição e Verificação (M&V);

7.5.3. No caso de empresa em **recuperação judicial ou extrajudicial**, cópia do ato de nomeação do seu administrador judicial, ou, para o caso de o administrador ser pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, acompanhada de declaração do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial/extrajudicial.

7.6. Os contratos decorrentes deste credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado (subcontratação), sem autorização expressa o TCMSP.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da Contratante e da Interessada/Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e VIII.

## 9. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Conforme previsto na Minuta de Contrato – Anexo VIII.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o interessado/contratado que:

10.1.1. Não assinar ou recusar-se a assinar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

- 10.1.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o Credenciamento ou prestar declaração falsa durante o Credenciamento;
- 10.1.3. Fraudar o Credenciamento;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;
- 10.1.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os interessados, em qualquer momento do Credenciamento.
- 10.3. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, no prazo estabelecido pelo Tribunal caracterizará o descumprimento total da obrigação e o sujeitará às penalidades cabíveis.
- 10.4. O interessado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência;
  - c) Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do artigo 156, inciso IV, combinado com o § 5º, da Lei Licitação.
- 10.5. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas tipificadas nos subitens 10.1.1 e 10.1.2 e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 10.6. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas tipificadas nos subitens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5 e 10.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 10.1.1 e 10.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração e eficácia deverá observar o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21.
- 10.7. A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo no qual seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao interessado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 (§6º do art. 156, art. 157 ou

158, e arts. 166 a 168) e, subsidiariamente, na Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006 (Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo).

10.9. Caberá recurso contra a aplicação das sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da intimação do interessado, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá apenas pedido de reconsideração contra a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da intimação do interessado, o qual será dirigido ao Presidente do TCMSP, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos porventura causados.

10.13. Incidem, no processo de aplicação de penalidade, nos casos omissos, as disposições previstas no Capítulo I do Título IV da Lei federal nº 14.133/2021.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos.

11.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimento poderão ser realizadas pela forma eletrônica e encaminhadas por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (<https://portal.tcm.sp.gov.br/Jurisdicionado>) – Tipo de Protocolo: “Credenciamento nº 02/2025 TCMSP”.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados enquanto o Credenciamento estiver aberto, não suspendendo seus prazos.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de Credenciamento.

11.5. O acolhimento da impugnação implica a suspensão do Credenciamento, para retificação do Edital.

11.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos serão anexados nos autos do processo de Credenciamento e estarão disponíveis para consulta, por qualquer interessado.

## **12. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS**

12.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido neste edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e Portal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Fica o interessado ciente de que a apresentação da proposta e demais documentos implica a aceitação de todas as condições deste Edital e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do instrumento convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

13.2. O Presidente do TCMSP poderá revogar este Credenciamento a qualquer tempo, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas, e anulá-lo em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.3. A efetivação deste Credenciamento não implicará direito à contratação.

13.4. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e demais documentos, e o TCMSP não será, em nenhum caso, responsabilizado por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de Credenciamento.

13.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCMSP.

13.6. O desatendimento de exigências formais (não essenciais) não importará a exclusão do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.8. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.tcm.sp.gov.br> – Editais e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo, também, ser solicitados pessoalmente, mediante o pagamento correspondente ao custo da cópia reprográfica, a ser recolhido aos cofres públicos através de guia de recolhimento, das 8h às 16h na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130 - Vila Clementino – São Paulo/SP.

## **14. DOS ANEXOS**

14.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. Anexo I - Termo de Referência;



- 14.1.2. Anexo II - Modelo de proposta (subitem 7.1.1 do Edital);
- 14.1.3. Anexo III – Termo de Compromisso
- 14.1.4. Anexo IV – Termo de Doação
- 14.1.5. Anexo V - Modelo de declaração de ME/EPP/Cooperativa e inexistência de fatos supervenientes, SE CABÍVEL (subitem 5.14.1 do Edital);
- 14.1.6. Anexo VI - Modelo de declaração sobre tributos municipais, SE CABÍVEL (subitem 5.14.2. do Edital);
- 14.1.7. Anexo VII – Modelo contendo as declarações obrigatórias (subitem 5.14.3)
- 14.1.8. Anexo VIII - Minuta de Contrato

São Paulo, 28 de novembro de 2025.

CLÁUDIO VICENTE PALADINO BARONE  
Agente de Contratação

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas interessadas na elaboração de projetos executivos de engenharia com foco em eficiência energética, voltados à reforma de espaços localizados no Edifício Sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e seus anexos.

O objetivo do credenciamento é permitir que diferentes empresas apresentem propostas técnicas de projetos executivos de engenharia com foco em eficiência energética, em conformidade com os critérios estabelecidos pela ENEL Distribuição São Paulo no âmbito de sua Chamada Pública de Projetos.

O modelo adotado possibilita a submissão de múltiplos projetos por diferentes empresas CREDENCIADAS cabendo à concessionária a análise técnica e a eventual aprovação, conforme os parâmetros definidos em edital próprio.

Cada projeto deverá conter um conjunto completo de informações técnicas, com nível executivo de detalhamento, abrangendo todos os sistemas construtivos e instalações pertinentes à futura reforma, incluindo os serviços e procedimentos previstos para a execução da obra, bem como a compatibilização entre os diversos projetos envolvidos.

Adicionalmente, os projetos deverão incorporar diretrizes de eficiência energética e uso racional de energia elétrica, com vistas à sua elegibilidade junto ao Programa de Eficiência Energética da ENEL, conforme os critérios estabelecidos em edital de Chamada Pública. Isso inclui, entre outros aspectos:

- Diagnóstico energético detalhado;
- Propostas de modernização de sistemas elétricos e de iluminação;
- Adoção de tecnologias e equipamentos com maior eficiência energética;
- Compatibilidade com os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, conforme regulamentado pela ANEEL (Resolução Normativa nº 920/2021 e suas atualizações);
- Atendimento aos índices mínimos de eficiência energética previstos para edificações públicas, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia.

A apresentação dos projetos deverá observar as Normas Técnicas da ABNT, bem como os requisitos técnicos e operacionais exigidos pela ENEL e pela ANEEL para projetos de eficiência energética.

A responsabilidade pela submissão do projeto à ENEL, bem como pelo acompanhamento de sua análise e eventual aprovação, será da empresa CREDENCIADA, conforme condições a serem estabelecidas em termo específico de compromisso.

A natureza desse objeto, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é aquela descrita na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) sob o código 7111-1/00 – Projetos de Arquitetura ou 7112-0/00 – Serviços de Engenharia. Já para o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a natureza do objeto está classificada como “Estudos e Projetos de Arquitetura”, com o código 78.

## **2. PRAZO DO CONTRATO**

2.1 O presente edital de credenciamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, permitindo o ingresso contínuo de interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

2.2 A CONTRATANTE disporá de até 10 (dez) dias úteis para proceder à análise e manifestação quanto à aceitação do projeto apresentado.

2.2.1. Caso seja identificada a necessidade de ajustes, correções ou complementações no projeto, a empresa CONTRATADA deverá realizar as devidas revisões.

2.3 O prazo de execução dos serviços será estabelecido em cronograma específico, observando-se o limite máximo de 12 (doze) meses para projetos que não envolvam fontes incentivadas e de até 24 (vinte e quatro) meses para aqueles que incluam fontes incentivadas.

2.4 A empresa CREDENCIADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para assinar o Termo de Contrato, contado de sua expressa homologação pelo TCMSP e consequente convocação.

2.5 O prazo contratual deverá ter como início de sua vigência a assinatura do contrato e como termo final a expressa reprovação do projeto pela concessionária ou a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

2.6 A apresentação de todos os documentos exigidos, bem como o respeito aos prazos e a submissão do projeto ao Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo, seja na Chamada Pública vigente ou, na ausência desta, na próxima, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente iniciativa justifica-se pela necessidade de viabilizar a reforma e a modernização dos espaços físicos do Edifício-Sede e de seus anexos, pertencentes ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com o objetivo de proporcionar melhores condições de uso, segurança, acessibilidade, funcionalidade e eficiência operacional aos servidores, colaboradores e cidadãos que utilizam tais instalações.

A elaboração de projetos executivos de engenharia configura etapa indispensável para que a futura execução das obras ocorra em conformidade com critérios técnicos consistentes, assegurando o adequado dimensionamento dos serviços, a compatibilização entre os diversos sistemas construtivos e instalações, além de possibilitar a estimativa precisa dos recursos financeiros e materiais necessários.

Os projetos deverão apresentar nível executivo de detalhamento, de forma a viabilizar a realização dos serviços com segurança, qualidade e economicidade.

Adicionalmente, a obrigatoriedade da inclusão de diretrizes voltadas à eficiência energética e ao uso racional de energia elétrica coaduna-se com as melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, permitindo, ainda, a submissão dos projetos ao Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo, conforme edital de Chamada Pública vigente. Tal medida poderá resultar em benefícios econômicos e ambientais, contribuindo para a redução do consumo de energia e dos custos operacionais da instituição.

Dessa forma, o credenciamento de empresas especializadas para a elaboração dos referidos projetos apresenta-se como providência necessária e estratégica, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, em consonância com os dispositivos legais que regem a Administração Pública.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de empresas especializadas na elaboração de projetos executivos de engenharia voltados à reforma dos espaços localizados no Edifício Sede e anexos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Os projetos deverão contemplar, com nível executivo de detalhamento, todos os sistemas construtivos e instalações pertinentes, incluindo os serviços, procedimentos e a compatibilização entre os diversos projetos envolvidos, de forma a garantir a viabilidade técnica e a execução futura das obras com segurança, qualidade e economicidade.

Além disso, os projetos deverão incorporar diretrizes de eficiência energética e uso racional de energia elétrica, com o objetivo de possibilitar sua submissão ao Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo, conforme os critérios estabelecidos em edital de Chamada Pública vigente.

Em caso de aprovação do projeto pela ENEL a CONTRATADA será convocada para a execução da obra ou reforma correspondente, conforme as condições estabelecidas no projeto aprovado e nas diretrizes da Chamada Pública.

#### **Limitações técnicas à aprovação dos projetos**

A aprovação técnica, por parte do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP, dos projetos executivos de engenharia submetidos no âmbito deste credenciamento, estará condicionada à estrita observância das seguintes limitações:

I – Será permitida a proposição de soluções que envolvam intervenções na infraestrutura do Edifício Sede do TCMSP, incluindo redes técnicas como elétrica, climatização, automação e iluminação, desde que não afetem elementos estruturais, características estéticas, nem componentes essenciais à estabilidade e ao funcionamento da edificação, tais como fundações, sistemas prediais críticos e demais instalações que comprometam a segurança ou a operação contínua do edifício;

II – Serão desconsideradas propostas que alterem, comprometam ou descaracterizem a estética arquitetônica do conjunto edificado que compõe o complexo institucional do TCMSP, incluindo fachadas, volumetrias, elementos visuais e demais aspectos que integrem sua identidade institucional;

III – Os projetos deverão ser compatíveis com os sistemas prediais, elétricos, hidráulicos, de climatização, automação e segurança já existentes no Edifício Sede e seus anexos, sendo inadmissíveis soluções que exijam substituição integral ou reconfiguração de sistemas em funcionamento, salvo mediante autorização expressa do TCMSP;

IV – Serão recusadas propostas que comprometam a acessibilidade, a circulação de pessoas ou o atendimento às normas de segurança e prevenção de incêndios vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e pela legislação municipal;

V – Intervenções que impliquem ampliação da área construída, alteração de gabarito ou ocupação de áreas não edificadas somente poderão ser consideradas mediante autorização prévia do TCMSP e desde que compatíveis com a legislação urbanística aplicável.

#### **4.1. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

A credenciada será responsável pela elaboração integral do Projeto Executivo de Eficiência Energética, destinado à submissão à Chamada Pública de Projetos vigente da ENEL Distribuição São Paulo. Na ausência de Chamada Pública vigente da ENEL, deverão ser observadas as diretrizes, critérios técnicos e regulatórios da última Chamada Pública publicada, até que nova versão seja oficialmente divulgada.

O escopo compreende, obrigatoriamente, mas não de forma exaustiva, as seguintes atividades:

##### **4.1.1. Elaboração do Diagnóstico Energético**

4.1.1.1. Levantamento de dados operacionais e energéticos de todas as instalações do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) envolvidas;

4.1.1.2. Possibilidade de realização de visitas técnicas presenciais para inspeção dos sistemas consumidores de energia elétrica (iluminação, climatização, sistemas motrizes, refrigeração, aquecimento de água, fontes incentivadas, entre outros), com registro fotográfico;

4.1.1.3. Elaboração de histórico de consumo e análise de faturas de energia elétrica dos últimos 12 (doze) meses;

4.1.1.4. Identificação das tipologias elegíveis conforme o Edital da Chamada Pública ENEL vigente;

4.1.1.5. Simulações de consumo atual e estimado após a implementação das ações de eficiência energética;

4.1.1.6. Memorial de cálculo da economia de energia e da redução de demanda na ponta;

4.1.1.7. Cálculo da Relação Custo-Benefício (RCB), conforme metodologia estabelecida pelo PROPEE/ANEEL e Edital ENEL;

4.1.1.8. Dimensionamento da equipe de Medição e Verificação (M&V) e elaboração da estratégia preliminar de M&V, incluindo a contratação de profissional com certificação CMVP-EVO válida durante toda a vigência do projeto.

#### **4.1.2. Elaboração do Projeto Executivo de Eficiência Energética**

4.1.2.1. Definição das ações de efficientização, incluindo substituição de equipamentos, modernização de sistemas, automação, geração distribuída (quando aplicável) e outras melhorias;

4.1.2.2. Especificação técnica dos materiais e equipamentos, com comprovação de eficiência energética (Selo PROCEL, PBE – Categoria “A” ou equivalente);

4.1.2.3. Orçamentação detalhada com, no mínimo, três cotações reais para cada item, em nome do TCMSP, conforme exigências do Edital;

4.1.2.4. Planejamento físico-financeiro, cronograma executivo de implantação e planilha de custos detalhada por rubrica;

4.1.2.5. Orientação quanto às contrapartidas materiais ou de serviços, se aplicável;

4.1.2.6. Definição de soluções para descarte ambientalmente adequado dos equipamentos substituídos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### **4.1.3. Planilha Orçamentária**

4.1.3.1. Elaboração de planilhas orçamentárias em nível executivo, contendo todos os insumos necessários, com suas respectivas quantidades e composições de custo unitário, conforme a tabela EDIF (não desonerada) da SIURB.

4.1.3.2. Para os serviços não contemplados nas tabelas da SIURB, deverão ser utilizadas composições de preço extra-tabela (PET), com base em, no mínimo, três fontes distintas. As planilhas deverão incluir, ainda, a composição detalhada das taxas de BDI, organizadas de forma sequencial, conforme a ordem de execução dos serviços previstos no projeto.

4.1.3.3. Orçamentos para todos os materiais e serviços devem ser obrigatoriamente apresentados para comprovar os custos que embasam a Memória de Cálculo, respeitando a forma e exigências definidas no edital da ENEL.

4.1.3.3.1. Caso o edital da ENEL apresente exigências adicionais às previstas neste Termo de Referência, o interessado deverá apresentar planilha orçamentária que contemple tanto os requisitos deste instrumento quanto os exigidos pela concessionária, ainda que em documentos separados, desde que compatíveis e completos.

#### **4.1.4. Cronograma Físico-Financeiro**

4.1.4.1. Elaboração de cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando todas as etapas da obra, com a devida correlação entre o prazo necessário para a execução de cada serviço e os itens constantes na planilha orçamentária.

4.1.4.2. O cronograma deverá apresentar a descrição, o sequenciamento lógico e a duração das atividades, a identificação dos marcos de referência do projeto, bem como a distribuição dos custos ao longo do tempo, de forma a projetar o fluxo de desembolsos financeiros durante a execução da obra.

#### **4.1.5. Preparação e Submissão da Proposta à ENEL**

4.1.5.1. Consolidação de todos os documentos obrigatórios para habilitação técnica, jurídica e fiscal da proposta;

4.1.5.2. Apoio no cadastramento da proposta no sistema eletrônico da ENEL, preenchimento de formulários, organização de anexos e revisão de conformidade;

4.1.5.3. Apoio técnico durante a fase de adequação documental e fornecimento de documentos complementares ou ajustes em caso de diligências;

4.1.5.4. Suporte técnico até a publicação do resultado final da Chamada Pública.

#### **4.1.6. Elaboração do Complemento Técnico do Diagnóstico Energético**

4.1.6.1. Elaboração do documento complementar exigido após a aprovação da proposta, contendo medições ex-ante, plano de M&V consolidado, cálculos estruturais, elétricos e térmicos, laudos técnicos, ARTs definitivas e documentação específica conforme a tipologia do projeto.

#### **4.1.7. Apoio Técnico e Responsabilidades Adicionais**

4.1.7.1. Acompanhamento técnico junto à ENEL durante todas as fases de análise e aprovação da proposta;

4.1.7.2. Realização de, no mínimo, uma visita técnica ao local para levantamento de informações e conferência de medidas;

4.1.7.3. Disponibilização de profissional capacitado, inclusive de forma remota, para esclarecimento de dúvidas durante a execução das obras;



4.1.7.4. Responsabilidade integral pela submissão da proposta e pela interlocução com a ENEL, incluindo eventuais reapresentações ou complementações.

## **4.2. Qualidade dos Materiais e Equipamentos**

4.2.1. É vedada a utilização de materiais, componentes e equipamentos com desempenho inferior ao especificado no projeto executivo ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade, durabilidade e eficiência energética exigidos pelas normas técnicas vigentes.

4.2.2. Como condição para o início da execução contratual, a empresa credenciada deverá apresentar, para todos os materiais e equipamentos a serem empregados:

- a) Catálogos técnicos atualizados, contendo especificações completas dos produtos;
- b) Certificados de conformidade, emitidos por organismos acreditados, quando aplicável (ex.: INMETRO, ABNT, ISO);
- c) Laudos de desempenho ou ensaios técnicos, quando exigidos pelas normas ou pelo projeto.

4.2.3. A documentação técnica será analisada e validada pela equipe de fiscalização do TCMSP, que poderá, a seu critério, solicitar amostras físicas, realizar inspeções *in loco* ou exigir ensaios laboratoriais complementares.

4.2.4. O descumprimento das especificações técnicas ou a constatação de materiais com qualidade inferior implicará na substituição imediata dos itens, sem ônus adicional para a Administração, além da aplicação das penalidades previstas no contrato.

## **4.3. Geral**

4.3.1. Os desenhos técnicos deverão ser apresentados em escalas compatíveis com o tipo de projeto, incluindo escala gráfica, e nas dimensões estabelecidas pelas normas da ABNT, preferencialmente em pranchas no formato A1.

4.3.2. Deverá ser elaborado memorial descritivo completo, contemplando todos os serviços a serem executados, com detalhamento técnico e justificativas das soluções adotadas.

4.3.3. Os projetos deverão ser entregues em formato digital, nos arquivos editáveis do programa *CAD*, com extensão “.DWG”, compatível com a versão *AutoCAD* 2009, e também em formato “.PDF” para visualização.

4.3.4. Os documentos de texto deverão ser elaborados no aplicativo *Microsoft Word*, versão 2019, com extensão “.doc”.

4.3.5. As planilhas orçamentárias e os cronogramas físico-financeiros deverão ser elaborados no *Microsoft Excel*, versão 2019, com extensão “.xls”.

4.3.6. Outros arquivos gráficos ou extensões específicas deverão ser previamente acordados com a Fiscalização do Contrato.

4.3.7. Considerando as particularidades do objeto e a necessidade de compatibilização com as estruturas e infraestruturas existentes, a equipe técnica deverá realizar visita técnica para conhecimento físico do local da intervenção.

4.3.8. Todos os projetos, memoriais e detalhamentos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT e demais legislações aplicáveis.

4.3.9. Em caso de divergência entre este Termo de Referência e o edital da ENEL, prevalecerão as exigências da concessionária. O interessado deverá atender às exigências de ambos os documentos, apresentando planilhas e documentos conforme necessário.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A empresa CREDENCIADA deverá dispor de equipe técnica com comprovado conhecimento das normas e exigências dos órgãos fiscalizadores competentes, especialmente os de âmbito municipal e estadual, como o Corpo de Bombeiros, entre outros que se fizerem necessários à aprovação do projeto.

5.1 A CREDENCIADA deverá contar, em seu corpo técnico, com profissionais legalmente habilitados nas áreas de Arquitetura e Engenharia, compatíveis com as disciplinas envolvidas no escopo do projeto, os quais serão responsáveis pelo desenvolvimento e gerenciamento técnico do projeto como um todo.

5.2 Os profissionais envolvidos deverão estar devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe (CREA, CAU ou CRT), com atribuições compatíveis com as atividades a serem desempenhadas. A empresa CREDENCIADA também deverá estar regularmente registrada e em situação regular perante o respectivo conselho profissional.

5.3 Os profissionais envolvidos deverão estar devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe (CREA, CAU ou CRT), com atribuições compatíveis com as atividades a serem desempenhadas. A empresa CREDENCIADA também deverá estar regularmente registrada e em situação regular perante o respectivo conselho profissional.

5.4 A empresa deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a execução de projetos de eficiência energética. Os documentos mencionados deverão estar acompanhados da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA/CONFEA ou CAU, conforme o caso.

5.5 A empresa deverá comprovar seu registro junto ao CREA, CAU ou CRT, evidenciando sua habilitação legal para a execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste credenciamento. Caso esteja registrada em conselho regional de outro Estado da Federação, deverá apresentar o respectivo visto do CREA-SP, CAU-SP ou CRT-SP, conforme aplicável.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. A CREDENCIADA que vier a ser classificada para contratação, em decorrência da aprovação do projeto pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, fica obrigada a celebrar o contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.2. Sem prejuízo das disposições previstas no contrato, constituem obrigações da CONTRATADA, independentemente da aprovação do projeto pela concessionária:

6.2.1. Cumprir integralmente todos os encargos legais, diretos ou indiretos, incidentes sobre o objeto contratual, bem como observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

6.2.2. Prestar, sempre que solicitado, todos os esclarecimentos ao CONTRATANTE, atendendo com presteza a eventuais reclamações, dúvidas ou solicitações de ajustes.

6.2.3. Efetuar, sem ônus adicionais, as modificações solicitadas pelo CONTRATANTE, apresentando, no momento da solicitação, novo cronograma para conclusão da etapa, quando necessário.

6.2.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, registro ativo e regular junto ao CREA, CAU ou CRT, conforme a natureza dos serviços, bem como garantir que todos os profissionais envolvidos estejam devidamente habilitados e registrados em seus respectivos conselhos de classe.

6.2.5. Responsabilizar-se integralmente pela equipe técnica envolvida na execução dos serviços, incluindo a contratação, supervisão e cumprimento das obrigações legais e trabalhistas.

6.2.6. Reparar, corrigir, readequar ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os projetos que apresentarem vícios, falhas ou incorreções, identificados pela comissão de fiscalização do CONTRATANTE ou por órgãos competentes, sem qualquer ônus.

6.3. A empresa reconhece que todos os materiais técnicos produzidos no âmbito da elaboração do projeto, incluindo documentos, desenhos, memoriais, especificações e demais elementos técnicos, passam a ser de titularidade exclusiva do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), sendo vedada sua reprodução, divulgação, utilização ou cessão, total ou parcial, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da Administração.

6.4. A autorização expressa para a submissão do projeto ao Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo será formalizada por meio da assinatura dos termos de Compromisso e de Contrato pelo Presidente. No entanto, o CONTRATANTE poderá, mediante justificativa formal e a seu exclusivo critério, optar por não realizar a submissão, mesmo que esta esteja prevista no escopo contratual e tecnicamente viável.

6.4.1. A CONTRATADA reconhece que essa decisão não configura inadimplemento contratual, tampouco enseja qualquer tipo de indenização, compensação ou reequilíbrio econômico-financeiro.

6.5. Caso o financiamento seja concedido pela concessionária, caberá à empresa CONTRATADA a responsabilidade integral pela execução da obra, conforme as condições e diretrizes estabelecidas no projeto aprovado. Em decorrência dessa responsabilidade, a CONTRATADA deverá:

- 6.5.1. Executar a obra rigorosamente conforme o projeto aprovado pela ENEL;
- 6.5.2. Obter todas as licenças, autorizações e registros necessários à execução da obra;
- 6.5.3. Apresentar as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) referentes à execução;
- 6.5.4. Garantir que a reforma ou obra estejam em conformidade com toda a legislação aplicável nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como com as normas técnicas da ABNT e as exigências das concessionárias locais.
- 6.5.5. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos no cronograma aprovado;
- 6.5.6. Prestar contas à CONTRATANTE e à concessionária, sempre que solicitado, apresentando relatórios de execução, medições e demais documentos comprobatórios.

6.6. Sem prejuízo das disposições contratuais e legais aplicáveis, constituem obrigações do CONTRATANTE:

- 6.6.1. Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto contratual e das demais cláusulas estabelecidas no edital e no contrato, por meio de servidor ou comissão designada para tal fim.
- 6.6.2. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições que fundamentaram a contratação da empresa, especialmente no que se refere à qualificação técnica exigida.
- 6.6.3. Facilitar o acesso, em tempo hábil, a documentos, informações e demais elementos sob sua guarda que sejam necessários à adequada execução dos serviços contratados.
- 6.6.4. Orientar a CONTRATADA quanto à indicação de fontes de informação e dados técnicos que possam ser relevantes para a elaboração do projeto.
- 6.6.5. Assegurar o acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), sempre que necessário à execução dos serviços.
- 6.6.6. Emitir a Ordem de Início dos Serviços e analisar, em prazo razoável, todos os documentos, entregas e comunicações encaminhadas pela CONTRATADA, de modo a não comprometer o andamento regular dos trabalhos.

6.7. A CONTRATANTE deterá, de forma plena e exclusiva, todos os direitos patrimoniais e de uso sobre os projetos, documentos técnicos, memoriais, especificações, relatórios,

modelos e demais produtos elaborados no âmbito deste contrato, independentemente de sua submissão a terceiros ou de sua execução.

6.8. A CREDENCIADA/CONTRATADA que cometer qualquer infração administrativa discriminadas nos Edital e seus Anexos ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, detalhadas nos respectivos instrumentos:

6.8.1. Advertência;

6.8.2. Multa;

6.8.3. Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

6.8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do artigo 156, inciso IV, combinado com o § 5º, da Lei Licitatória.

6.9. Estará sujeita às mesmas penalidades a ausência de submissão do projeto à concessionária ou a rejeição da proposta por falha na apresentação de documentos obrigatórios, quando decorrente de culpa exclusiva da CREDENCIADA/CONTRATADA.

## **7. GESTÃO CONTRATUAL**

7.1. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pelo CONTRATANTE, a responsabilidade pela gestão e acompanhamento da execução contratual, competindo-lhe, entre outras atribuições:

7.1.1. Verificar o cumprimento integral das cláusulas contratuais e das disposições constantes neste Termo de Referência;

7.1.2. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições técnicas e operacionais da CONTRATADA que fundamentaram sua habilitação no processo licitatório;

7.1.3. Conferir a documentação necessária para o início dos serviços, incluindo as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT);

7.1.4. Acompanhar e supervisionar a execução dos serviços, inclusive por meio de visitas técnicas, assegurando a conformidade com os requisitos técnicos e contratuais;

7.1.5. Analisar e aprovar as medições apresentadas pela CONTRATADA, atestando a veracidade das informações e, quando cabível, autorizando a emissão da nota fiscal para fins de pagamento;

7.1.6. Emitir a Ordem de Início dos Serviços, conforme conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

7.1.7. Avaliar os serviços entregues, aprovando-os ou solicitando ajustes, os quais deverão ser realizados pela CONTRATADA até que o projeto esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos;

7.1.8. Manter contato periódico com o preposto da CONTRATADA, promovendo o acompanhamento do desempenho contratual e a resolução de eventuais dúvidas técnicas;

7.1.9. Propor ajustes ou melhorias nos procedimentos de fiscalização, sempre que necessário ao aprimoramento da execução contratual;

7.1.10. Assegurar o acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE e aos equipamentos necessários à execução dos serviços;

7.1.11. Prestar os esclarecimentos e fornecer as informações que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, no âmbito de suas atribuições;

7.1.12. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, sob os aspectos técnico, qualitativo ou contratual, determinando as providências necessárias à sua regularização;

7.1.13. Validar tecnicamente a execução dos serviços, quando aplicável;

7.1.14. Receber provisoriamente o objeto, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e, após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, proceder ao recebimento definitivo, mediante termo circunstanciado, conforme art. 140, inciso I, alínea “b”, da mesma Lei.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento dos serviços contratados será realizado conforme as etapas previstas no edital da Chamada Pública de Projetos vigente da ENEL Distribuição São Paulo, mediante comprovação da execução e aceite formal do CONTRATANTE e da concessionária.

8.2. A medição dos resultados deverá seguir metodologia reconhecida nacionalmente, com base em práticas consolidadas de engenharia e critérios técnicos que assegurem a confiabilidade dos dados.

8.3. A estratégia de medição e verificação deverá ser apresentada no Diagnóstico Energético e detalhada no Plano de M&V, contemplando variáveis relevantes, fronteiras de medição, modelo de linha de base, critérios de amostragem e cálculo das economias de energia e demanda.

## **9. DEFINIÇÕES**

9.1. Para fins de interpretação deste Termo de Referência, adotam-se as seguintes definições:

9.1.1. CREDENCIADA: Pessoa jurídica que atendeu aos requisitos de habilitação e qualificação técnica estabelecidos no edital de credenciamento, estando apta a apresentar projetos para análise e eventual aprovação pela ENEL Distribuição São Paulo, conforme os critérios definidos pela Administração.

9.1.2. Projeto Aprovado: Conjunto de documentos técnicos submetidos pela empresa credenciada e aprovados pela concessionária de energia (ENEL), conforme os critérios do Programa de Eficiência Energética vigente.

9.1.3. CONTRATANTE: O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), responsável pela condução do processo de credenciamento, contratação e fiscalização da execução contratual.

9.1.4. CONTRATADA: Pessoa jurídica previamente credenciada, cujo projeto tenha sido aprovado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), e que, após a celebração do contrato, assumirá a obrigação de submeter o projeto ao Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo e, caso aprovado, executar a obra ou reforma conforme as condições previamente estabelecidas.



**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo

Processo: TC/008723/2025

Credenciamento nº 02/2025

A empresa \_\_\_\_\_ CNPJ. nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, complemento: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **observadas as especificações constantes do Anexo I do Edital**, propõe o seguinte:

<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>
Descrição do objeto	R\$

Para todos os fins, esta empresa declara que o valor da proposta compreende todos os custos necessários à execução do projeto apresentado, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.

Esta proposta é válida por XX dias (mínimo 60) contados a partir da data da sua apresentação.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX .

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do responsável da empresa proponente)  
Nome:/RG -----

### ANEXO III MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP**, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis nº 1.130 – São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, **DOMINGOS DISSEI**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e **<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**, CNPJ nº **<\_\_\_\_\_>**, com endereço na **<endereço completo da empresa>**, doravante denominada **COMPROMITENTE**, neste ato representada por seu **<cargo do representante>**, **<NOME DO REPRESENTANTE>**, têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, com base no Edital de Credenciamento nº **\_\_\_/\_\_\_** e da Chamada Pública de Projetos vigente da ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Este Termo é parte integrante da documentação obrigatória para recebimento da proposta e tem por objeto formalizar a assunção do compromisso, pela COMPROMITENTE, de submeter o projeto à ENEL Distribuição São Paulo, no âmbito da Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética, bem como o de executar e acompanhar o projeto, representando os interesses do COMPROMITENTE junto à ENEL Distribuição São Paulo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1. O COMPROMISSÁRIO declara estar ciente e de acordo com a proposta de projeto de eficiência energética e uso racional de energia elétrica apresentada pela COMPROMITENTE, em consonância com o levantamento de carga e diagnóstico realizado no TCMSP, reiterando o interesse em participar do Programa de Eficiência Energética promovido pela ENEL Distribuição São Paulo.

2.2. A **COMPROMITENTE** compromete-se a representar o **COMPROMISSÁRIO** junto à ENEL, sendo responsável por:

- a) Elaborar e submeter a proposta técnica e documental completa, conforme exigências do edital da Chamada Pública vigente;
- b) Acompanhar todas as etapas do processo de análise e eventual aprovação da proposta pela ENEL;
- c) Prestar os esclarecimentos e realizar os ajustes solicitados pela concessionária, quando aplicável;
- d) Executar integralmente o projeto, caso aprovado, conforme as condições estabelecidas no edital da ENEL e no projeto apresentado.

2.3. As partes signatárias comprometem-se a observar e cumprir, de forma integral, todas as obrigações estabelecidas no Edital de Credenciamento nº **/**, no Edital da Chamada Pública

de Projetos da ENEL, bem como as condições e disposições constantes na proposta de projeto apresentada.

2.4. As partes declaram estar cientes e de acordo com as regras constantes da Chamada Pública de Projetos, bem como com as demais normas que regem o Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme legislação vigente.

2.5. Atesta-se a veracidade das informações constantes na proposta de projeto, especialmente aquelas referentes à etapa de Medição e Verificação (M&V), conforme metodologia estabelecida no Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance (PIMVP).

2.6. Reconhece-se que a aquisição dos materiais e equipamentos necessários à execução do projeto será realizada na modalidade *turn key*, não cabendo à ENEL Distribuição São Paulo qualquer responsabilidade por despesas adicionais que venham a ocorrer durante o trâmite de repasse dos referidos materiais.

2.7. As partes garantem que nenhuma delas declinará das obrigações assumidas no projeto, exceto nos casos expressamente previstos no Edital de Credenciamento e na Minuta de Contrato, especialmente quanto à possibilidade de extinção por conveniência, sem necessidade de justificativa, caso não haja abertura de chamada pública pela ENEL no prazo posterior a 6 (seis) meses após a assinatura do contrato.

2.7.1. Caso haja desistência ou descumprimento por qualquer das partes, fora das hipóteses previstas no Edital e na Minuta de Contrato, reconhecem que o projeto poderá ser desclassificado, conforme critérios de avaliação e observância da ENEL.

2.8. A empresa responsável pela elaboração do Plano de Medição e Verificação (M&V) declara estar ciente e de acordo com a estratégia de M&V apresentada na proposta de projeto.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ANTICORRUPÇÃO**

3.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no inciso II do artigo 114 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO, DA INVIOABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

4.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços, sendo vedado seu uso para

finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do CONTRATANTE, não podendo os dados ser tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

4.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo CONTRATANTE e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente Contrato, no Edital de Credenciamento e demais anexos.

4.2. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ASSINATURA**

5.1. O presente instrumento será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

5.1.1. O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade, e data de emissão do ajuste, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001, Leis Federais nos 11.419/2006 e 12.682/2012.

5.2. Eventuais instrumentos decorrentes do presente Ajuste também serão firmados pelas partes preferencialmente na forma digital.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE  
SÃO PAULO**

**DOMINGOS DISSEI**  
Presidente

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA  
EMPRESA>**

**<NOME DO REPRESENTANTE>**  
<Cargo do representante>

**ANEXO IV**  
**TERMO DE DOAÇÃO**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP**, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis nº 1.130 – São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, **DOMINGOS DISSEI**, doravante denominado **DONATÁRIA**, e **<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**, CNPJ nº **<\_\_\_\_\_>**, com endereço na **<endereço completo da empresa>**, doravante denominada **DOADORA**, neste ato representada por seu **<cargo do representante>**, **<NOME DO REPRESENTANTE>**, têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, com base no Edital de Credenciamento nº **\_\_\_/\_\_\_** e da Chamada Pública de Projetos vigente da ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A DOADORA, por este instrumento, doa, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, ao **DONATÁRIO**, o projeto executivo de engenharia com foco em eficiência energética e uso racional de energia elétrica, elaborado no âmbito do Edital de Credenciamento nº XX/20XX – TCMSP, independentemente de sua aprovação pela ENEL Distribuição São Paulo (**ENEL**).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GRATUIDADE E RENÚNCIA A DIREITOS**

2.1. A presente doação é realizada a título gratuito, sem qualquer expectativa de ressarcimento, reembolso, compensação financeira ou contraprestação de qualquer natureza, seja por parte do **DONATÁRIO**, da **ENEL** ou de terceiros.

2.2. A **DOADORA** declara estar ciente de que a aprovação ou não do projeto pela ENEL não gera qualquer direito à remuneração, indenização ou uso exclusivo do conteúdo do projeto por parte do **DONATÁRIO**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS**

3.1. A **DOADORA** transfere ao **DONATÁRIO**, de forma plena e definitiva, todos os direitos patrimoniais de uso, reprodução, modificação e aplicação do projeto doado, inclusive para eventual execução com recursos próprios, sem necessidade de autorização adicional.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

4.1. A **DOADORA** permanece responsável pela veracidade das informações técnicas constantes no projeto, bem como pela sua conformidade com as normas da ABNT, da ANEEL, da **ENEL** e demais legislações aplicáveis, até o recebimento definitivo do projeto pelo **DONATÁRIO**.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1. Este Termo entra em vigor na data de sua assinatura e produz efeitos imediatos, vinculando as partes até o recebimento definitivo do projeto pelo **DONATÁRIO**.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Termo de Doação em duas vias de igual teor e forma.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE  
SÃO PAULO**  
**DOMINGOS DISSEI**  
Presidente

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**  
**<NOME DO REPRESENTANTE>**  
<Cargo do representante>

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**  
**(SUBITEM 5.14.1 DO EDITAL)**

Processo: TC/008723/2025  
Credenciamento nº 02/2025

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a). .....,portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome legível: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_



**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**(SUBITEM 5.14.2 DO EDITAL)**

Processo: TC/008723/2025  
Credenciamento nº 02/2025

**Ao**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa.....,C.N.P.J. nº.....,  
**DECLARA**, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está cadastrada e não possui débitos junto à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX .

**Assinatura do Responsável pela Empresa**

(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**  
**(SUBITEM 5.14.3 DO EDITAL)**

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo

Processo: TC/008723/2025

Credenciamento nº 02/2025

A empresa \_\_\_\_\_ CNPJ. nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, complemento: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

1. Atender aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
2. Inexistir impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao TCMSP;
3. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
4. Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Credenciamento.
5. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
6. Observar os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
7. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
8. Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
9. Que, credenciada, submeterá o projeto executivo e todos os documentos exigidos na vigente Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética e Uso Racional de Energia Elétrica, com o objetivo de integrar o Programa de Eficiência Energética da ENEL Distribuição São Paulo.
10. Ciência de que a execução da obra/reforma e eventual remuneração estão condicionadas à aprovação do projeto e liberação dos recursos financeiros pela ENEL Distribuição São Paulo.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome legível: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

**ANEXO VIII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO Nº:

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: <DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>

OBJETO DO CONTRATO: Submissão de proposta técnica no âmbito da Chamada Pública de Projetos da ENEL Distribuição São Paulo, bem como a execução da obra ou reforma prevista, caso o projeto seja aprovado pela Concessionária.

VALOR: R\$ \_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: TC/008723/2025

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis nº 1.130 – São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, DOMINGOS DISSEI, doravante denominado CONTRATANTE, e <DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>, CNPJ nº <\_\_\_\_\_, com endereço na <endereço completo da empresa>, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu <cargo do representante>, <NOME DO REPRESENTANTE>, RG nº <\_\_\_\_\_, e CPF nº <\_\_\_\_\_, resolvem celebrar este Contrato, decorrente do Credenciamento nº \_\_\_\_ /\_\_\_\_, nos termos do respectivo edital, de seus anexos e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram, para todos os efeitos, o presente instrumento, bem como as cláusulas que seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto a elaboração, submissão e acompanhamento de proposta de projeto de eficiência energética e uso racional de energia elétrica, pela CONTRATADA, no âmbito da Chamada Pública promovida pela ENEL Distribuição São Paulo (**ENEL**), conforme condições estabelecidas no edital vigente.

1.1.1. Em caso de aprovação da proposta pela **ENEL**, o objeto deste CONTRATO será automaticamente ampliado para incluir a execução integral da obra ou reforma prevista no projeto aprovado, observadas as especificações técnicas, prazos e demais condições constantes no edital da Chamada Pública, na proposta apresentada e nos documentos complementares exigidos pela **ENEL**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS**

2.1. Este CONTRATO contempla duas etapas distintas: (i) a elaboração e submissão do projeto ao Programa de Eficiência Energética da **ENEL**; e (ii) a execução da obra ou reforma, condicionada à aprovação formal do projeto pela **ENEL**. O valor total deste CONTRATO, caso o projeto seja aprovado pela **ENEL**, será de R\$ \_\_\_\_\_, (valor por extenso), conforme orçamento apresentado e validado pela Comissão responsável pela análise do projeto.

2.1.2. O preço ofertado inclui todos os custos necessários à execução do projeto, tais como transporte, pessoal, insumos, encargos e demais despesas operacionais, diretas e indiretas, incluindo tributos, taxas, seguros, deslocamentos e quaisquer outros encargos relacionados ao cumprimento do objeto contratual.

2.1.3. Quaisquer tributos, custos e despesas omitidos ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos no valor contratado, não sendo admitidos acréscimos posteriores a qualquer título.

2.2. As medições físicas dos serviços e entregas serão realizadas por etapas concluídas, e deverão ser encaminhadas pela **CONTRATADA** à fiscalização da **ENEL** por meio eletrônico, para análise e validação.

2.2.1. A critério da fiscalização, poderá haver aceite de parcialidades dentro de cada etapa, desde que devidamente justificadas. As medições deverão observar os itens, quantidades e unidades previstas no projeto aprovado.

2.2.2. A fiscalização terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para análise e aceite ou recusa das medições apresentadas.

2.2.2.1. Em caso de recusa, por erro ou falta de informações, a medição será devolvida à **CONTRATADA** para revisão, repetindo-se o procedimento até o aceite final.

2.2.3. Após aprovação da medição, a fiscalização autorizará a emissão da Nota Fiscal correspondente, acompanhada da Nota de Débito (ND), conforme previsto no edital da **ENEL**, para fins de pagamento.

2.3. Os pagamentos serão efetuados pela **ENEL**, em prazo por ela definido em Edital, contado da apresentação da Nota Fiscal e da Nota de Débito, acompanhadas dos documentos exigidos em lei e no edital, mediante o cumprimento, pela **CONTRATADA**, de todas as exigências legais e contratuais.

2.3.1. O **CONTRATANTE** não possui qualquer ingerência sobre os recursos financeiros, prazos ou critérios de pagamento definidos pela **ENEL**.

2.4. Os preços contratados somente poderão ser reajustados caso haja autorização expressa da **ENEL**, observando-se os critérios, índices e periodicidade por ela definidos, conforme as diretrizes do Programa de Eficiência Energética – PEE.

2.4.1. O índice de reajuste, se aplicável, será aquele indicado pela **ENEL** no momento oportuno, não cabendo à **CONTRATADA** pleitear reajuste com base em índices diversos ou em periodicidade distinta da estabelecida pela **ENEL**.

2.4.2. A eventual aplicação de reajuste não implicará, sob nenhuma hipótese, em responsabilidade do **CONTRATANTE**, sendo este alheio à origem dos recursos, à execução do projeto e à liberação dos pagamentos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS**

3.1. A **CONTRATADA** deverá realizar a submissão do projeto à concessionária **ENEL** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura deste instrumento, desde que haja chamada pública vigente da referida concessionária que permita tal submissão.

3.1.1. Na ausência de chamada pública vigente da **ENEL**, a **CONTRATADA** deverá manter o projeto pronto para submissão imediata, tão logo seja publicada nova chamada. Nessa hipótese, o contrato permanecerá suspenso por até 06 (seis) meses, podendo ser extinto por conveniência, sem necessidade de justificativa, por qualquer das partes, mediante comunicação formal.

3.2. A obra será iniciada somente após a aprovação formal do projeto pela **ENEL** e a emissão da Ordem de Início pelo **CONTRATANTE**, conforme o cronograma físico-financeiro previamente apresentado e aprovado.

3.3. O prazo de execução da obra será aquele definido no cronograma aprovado, contado a partir da data da Ordem de Início expedida pelo **CONTRATANTE**, conforme previsto na cláusula 3.2.

3.4. Eventuais revisões ou complementações solicitadas pela **ENEL** durante o processo de submissão deverão ser atendidas pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da notificação formal enviada pelo **CONTRATANTE**.

3.5. O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO**, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1. Os recursos financeiros destinados à execução do projeto objeto deste **CONTRATO** serão provenientes do Programa de Eficiência Energética da **ENEL**, conforme previsto na Chamada Pública de Projetos vigente.

4.2. A **CONTRATADA** será responsável pela gestão dos recursos, incluindo a seleção de fornecedores, aquisição de materiais e contratação de serviços, observando os limites e condições estabelecidos no edital.

4.3. O desembolso dos recursos será realizado pela **ENEL** mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de nota de débito acompanhada da documentação comprobatória da entrega dos materiais e da execução dos serviços, conforme critérios de aceitação definidos pela **ENEL**.

4.4. A **CONTRATADA** reconhece que os recursos financeiros somente serão liberados após a validação técnica e documental dos serviços e materiais entregues, não sendo permitida a antecipação de valores sem a devida aprovação da **ENEL**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

5.1. A **CONTRATADA** deverá executar fielmente o objeto deste **CONTRATO**, observando as especificações e prazos constantes de sua proposta, do Termo de Referência, do Edital de Chamada Pública de Projetos da **ENEL**, do Edital de Credenciamento e seus anexos, que integram este Contrato, além de cumprir as obrigações descritas a seguir.

5.2. A **CONTRATADA** compromete-se a realizar todas as ações necessárias para a submissão do projeto apresentado ao **CONTRATANTE** à concessionária **ENEL**, observando rigorosamente as exigências técnicas, documentais e procedimentais estabelecidas por esta.

5.3. Para acompanhamento do processo de submissão e eventual aprovação do projeto junto à **ENEL**, a **CONTRATADA** deverá designar preposto previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**, que atuará como interlocutor direto com a fiscalização contratual, sendo responsável por solicitar providências, receber reclamações e adotar medidas corretivas para o cumprimento das obrigações.

5.3.1. O preposto deverá ter seus dados de contato informados ao **CONTRATANTE**, incluindo número de telefone e endereço de e-mail, os quais serão utilizados como meios oficiais de comunicação entre as partes.

5.3.2. O preposto e os responsáveis técnicos deverão estar disponíveis, conforme a etapa do projeto, para participar de reuniões online ou presenciais nas dependências do **CONTRATANTE**, munidos dos recursos necessários para apresentação do andamento dos trabalhos.

5.3.3. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a **CONTRATADA** deverá designar outro para o exercício da atividade.

5.4. Em caso de aprovação do projeto pela **ENEL**, a **CONTRATADA** deverá executar integralmente a reforma ou obra conforme os termos aprovados, observando as normas técnicas aplicáveis, os prazos estabelecidos e todas as condições previstas neste CONTRATO.

5.5. Participar de reunião inicial convocada pelo **CONTRATANTE**, após aprovação do projeto pela **ENEL**, para apresentação do plano de fiscalização.

5.6. Discutir previamente os serviços com o fiscal do **CONTRATANTE** para definir liberação aos finais de semana, quando necessário.

5.7. Possuir equipe técnica qualificada e dimensionada adequadamente para garantir o cumprimento dos prazos e a execução eficiente dos serviços contratados, responsabilizando-se por toda a mão de obra envolvida.

5.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições contratuais, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação vigente.

- 5.9. Manter todos os funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá, contendo foto, nome e número de registro, o qual deve ser portado de forma visível.
- 5.10. Informar aos seus funcionários sobre as restrições de circulação fora dos locais e horários de execução dos serviços, conforme determinação da fiscalização do **CONTRATO**.
- 5.11. Fornecer, antes do início dos serviços, a relação dos funcionários que atuarão na execução do objeto contratual, acompanhada de comprovação do vínculo empregatício, seja por contrato de trabalho ou registro em carteira.
- 5.12. Elaborar cronograma físico-financeiro com detalhamento de todas as etapas a serem realizadas, observando o prazo necessário para a execução de cada serviço e espelhando fielmente a planilha orçamentária, com descrição, sequenciamento e duração das atividades, identificação dos marcos de referência do projeto e distribuição dos custos ao longo do tempo, projetando fluxo de saídas financeiras no decorrer da obra.
- 5.13. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 5.14. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE** e atender às suas reclamações.
- 5.15. Utilizar, na obra, materiais que atendam ao desempenho técnico de acordo com as normas vigentes, considerando seu fornecimento e manutenção, prezando, sempre, pela vida útil da edificação.
- 5.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002), bem como por todo e qualquer prejuízo causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, inclusive por ação ou omissão de seus prepostos, empregados ou subcontratados.
- 5.18. Executar plano de manutenção preventiva da obra, às suas expensas, garantindo o bom funcionamento dos equipamentos e materiais empregados.
- 5.19. Revisar, corrigir ou complementar qualquer serviço realizado, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, com início dos trabalhos em até 1 (um) dia útil.
- 5.20. Preencher e manter atualizado o Livro de Ordem, conforme diretrizes da Resolução nº 07/16 do TCMSP.
- 5.20.1. O Livro de Ordem deverá permanecer no local da obra e registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo determinações para regularização de falhas ou defeitos, datas de início e término, acidentes, interrupções e demais fatos relevantes.



- 5.20.2. O Livro de Ordem deverá ser assinado pelo responsável técnico da **CONTRATADA** e revisado periodicamente pela fiscalização do **CONTRATANTE**, que poderá incluir observações e validar os registros.
- 5.21. Elaborar o Registro Diário da Obra, com as ocorrências e informações do cotidiano, a ser preenchido pelo preposto da **CONTRATADA** e pela fiscalização do **CONTRATANTE**, no que couber.
- 5.22. Garantir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho aplicáveis, incluindo as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e as normas técnicas da ABNT pertinentes.
- 5.23. Exigir, de todos os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços, a utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), sendo responsável por seu fornecimento, fiscalização e uso correto durante toda a obra.
- 5.23.1. Caberá à **CONTRATADA** fornecer, fiscalizar e exigir o uso correto dos EPIs e dos EPCs durante toda a obra.
- 5.24. Designar profissional habilitado como responsável técnico pela segurança do trabalho, encarregado de monitorar o cumprimento das normas, realizar inspeções periódicas e reportar à fiscalização qualquer irregularidade ou necessidade de adequação.
- 5.25. Informar veículos e nomes dos funcionários com antecedência mínima de 01 (um) dia para programação junto à Portaria e à Segurança.
- 5.26. Contratar caçamba estacionária ou similar para armazenamento de resíduos resultantes dos serviços, incluindo sua remoção para local de descarte devidamente autorizado.
- 5.27. Instalar, se necessário, contêiner metálico, modelo almoxarifado, para apoio administrativo e guarda de materiais, em local a ser estipulado pela fiscalização.
- 5.28. Manter atualizadas, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, incluindo dados cadastrais e demais informações pertinentes.
- 5.29. Desenvolver e programar tarefas de forma que não criem obstáculos às atividades de outros prestadores de serviço no prédio.
- 5.30. Implementar logística para evitar interferência nas atividades dos servidores, incluindo mitigação de ruídos, controle de poeira e gestão do fluxo de trabalhadores.
- 5.31. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla atuação da fiscalização, permitindo acesso irrestrito aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações e esclarecimentos que lhe forem efetuados.
- 5.32. Responsabilizar-se e responder diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o

**CONTRATANTE** por quaisquer pagamentos que ele venha a ser obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

5.33. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

5.34. Garantir e se responsabilizar pela perfeita execução do objeto do CONTRATO, mão de obra aplicada, materiais utilizados e instalações, nos termos da legislação em vigor e a partir da data da emissão do recebimento definitivo, sem custos adicionais, por no mínimo 5 (cinco) anos, obrigando-se a substituir e/ou refazer, sem ônus para o **CONTRATANTE**, qualquer serviço ou material que não esteja de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, que não tenha sido executado dentro dos padrões exigidos.

5.35. Comunicar, imediatamente, ao responsável pela fiscalização do contrato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.35.1. Qualquer comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverá ser realizada por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.36. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.37. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.38. Ministrando treinamentos regulares e obrigatórios à equipe envolvida na obra, visando à prevenção de acidentes e ao cumprimento das normas regulamentadoras.

5.39. Manter responsável técnico presente no local, garantindo execução conforme cronograma, especificações técnicas e padrões de qualidade.

5.40. Prestar os serviços no endereço do TCMSP: Avenida Professor Ascendino Reis, 1.130 – São Paulo/SP – 04027-000, situado em Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), conforme Decreto Municipal nº 56.920/2016 e Portaria nº 137/18 - SMT.

5.41. Providenciar, às suas expensas, todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

5.42. Apresentar ARTs dos engenheiros responsáveis, com recolhimento e atestados complementares.

5.43. Executar todos os serviços conforme Normas Técnicas da ABNT e Normas de Segurança do Trabalho.

- 5.44. Estar ciente de que o **CONTRATANTE** poderá exigir certificado de qualidade dos componentes utilizados, relação dos fabricantes, comprovantes de compra, tipos e características.
- 5.45. Comunicar ao fiscal do CONTRATO, com antecedência mínima de 48 horas, a necessidade de trabalhos extraordinários fora do horário estipulado ou em finais de semana e feriados.
- 5.46. Retirar imediatamente qualquer empregado que, a critério da fiscalização, demonstre conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o.
- 5.47. Providenciar proteção apropriada de estruturas e equipamentos existentes nos locais de obra ou serviços, visando à sua preservação.
- 5.48. Responsabilizar-se pelo controle, supervisão e desenvolvimento dos trabalhos em andamento.
- 5.49. Entregar o objeto contratado em perfeito estado de operação e livre de quaisquer ônus ao **CONTRATANTE**.
- 5.50. Realizar testes completos dos sistemas instalados após a conclusão da obra, se necessário, e fornecer relatórios detalhados.
- 5.51. Realizar limpeza geral em todas as áreas afetadas pelos serviços, removendo resíduos, poeira e materiais remanescentes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 6.1. Executar todas as obrigações legais e aquelas previstas no Edital, no Termo de Referência e neste **CONTRATO**, especialmente as descritas nesta Cláusula Sexta.
- 6.2. Exercer a fiscalização da execução contratual, mediante designação formal de fiscal(is) e/ou gestor, que acompanharão o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.
- 6.3. Expedir a Ordem de Início de Serviço, com início de vigência a critério do **CONTRATANTE**.
- 6.4. Facilitar, em tempo hábil, o acesso da **CONTRATADA** a documentos e informações necessárias à execução dos serviços.
- 6.5. Orientar a **CONTRATADA** quanto à indicação de possíveis fontes de informação relevantes para a execução do objeto contratual.
- 6.6. Garantir o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às dependências do **CONTRATANTE**, sempre que necessário à execução dos serviços.
- 6.7. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos da **CONTRATADA**, de forma tempestiva.

- 6.8. Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, sob os aspectos técnicos e qualitativos, determinando as providências necessárias à sua regularização.
- 6.9. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições que ensejaram a contratação da **CONTRATADA**.
- 6.10. Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à **CONTRATADA**.
- 6.11. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1. É permitida a subcontratação até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total deste ajuste, considerando apenas os valores da mão de obra de terceiros.
- 7.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 7.3. A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 7.4. A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA QUALIDADE, DA SEGURANÇA, DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E OBRA CIVIL**

- 8.1. A **CONTRATADA** deverá responder, durante o prazo de 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, pela qualidade e segurança das obras civis e dos serviços de infraestrutura, devendo efetuar, às suas expensas, a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, sem ônus para o **CONTRATANTE**.
- 8.1.1. As ocorrências que demandem reparos durante o período de garantia deverão ser registradas formalmente pela fiscalização contratual, preferencialmente no Livro de Ordem ou em relatório técnico específico, com indicação do prazo para correção.
- 8.2. Caso a **CONTRATADA** se recuse, demore, negligencie ou deixe de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após notificação formal, poderá o **CONTRATANTE** efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por

meios próprios ou por terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa em face da **CONTRATADA**.

8.3. A presença da fiscalização do CONTRATO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a **CONTRATADA**, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

8.4. A garantia dos serviços prestados e dos materiais empregados obedecerá ao previsto nas normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis.

8.4.1. A **CONTRATADA** deverá manter atualizados e disponíveis para consulta os laudos técnicos, certificados de conformidade e demais documentos que comprovem a qualidade e a regularidade dos materiais e serviços empregados.

8.5. A garantia da obra civil será de 5 (cinco) anos, fornecida pela **CONTRATADA**, contados a partir da emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

8.5.1. A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de mão de obra necessários à correção de falhas durante o prazo da garantia, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, observando os prazos estabelecidos pela fiscalização contratual.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. A **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de penalidades nas seguintes hipóteses de infração contratual:

9.1.1. Não submissão do projeto à **ENEL** dentro do prazo de vigência da Chamada Pública, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**;

9.1.2. Rejeição do projeto pela **ENEL** por falhas técnicas, documentais ou operacionais atribuíveis exclusivamente à **CONTRATADA**;

9.1.3. Inexecução parcial ou total da obra ou reforma, após aprovação do projeto pela **ENEL**;

9.1.4. Retardamento injustificado da execução dos serviços ou entrega dos materiais;

9.1.5. Utilização de materiais ou serviços em desacordo com as especificações técnicas aprovadas;

9.1.6. Apresentação de documentação falsa ou declaração inverídica durante qualquer fase do contrato;

9.1.7. Prática de ato fraudulento ou lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013;

9.1.8. Descumprimento de qualquer obrigação contratual ou técnica prevista neste instrumento ou no edital da **ENEL**.

9.2. As infrações descritas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 sujeitarão a **CONTRATADA** à penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. As infrações descritas nos subitens 9.1.6 e 9.1.7 sujeitarão a **CONTRATADA** à penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, conforme previsto na legislação vigente.

9.4. As demais infrações poderão ensejar a aplicação das seguintes penalidades, conforme a gravidade e reincidência:

9.4.1. Advertência, nos casos de infrações leves ou de primeira ocorrência;

9.4.2. Multa de até 2% (dois por cento) do valor contratual por ocorrência, em caso de uso de materiais inadequados ou fora das especificações;

9.4.3. Multa de até 5% (cinco por cento) do valor contratual, em caso de descumprimento de obrigações não previstas especificamente nos subitens anteriores;

9.4.4. Multa de até 15% (quinze por cento) do valor contratual, em caso de inexecução parcial da obra ou reforma;

9.4.5. Multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual, em caso de inexecução total da obra ou reforma.

9.5. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. As penalidades não excluem a obrigação de reparação integral dos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

9.7. A dosimetria das sanções levará em consideração o seu caráter educativo, o dano causado ao **CONTRATANTE**, a reincidência e a proporcionalidade.

9.8. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.9. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.10. O somatório das penalidades aplicadas não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor total do **CONTRATO**.

9.11. O não recolhimento das multas no prazo implicará atualização monetária e juros moratórios calculados em conformidade com a Lei Municipal 13.275/2002.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO**

10.1. O **CONTRATO** poderá ser extinto, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ANTICORRUPÇÃO**

11.1. Para a execução deste **CONTRATO**, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste **CONTRATO**, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no inciso II do artigo 114 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO, DA INVIOABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

12. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

12.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente Contrato, no Edital de Credenciamento e demais anexos.

12.1.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se referiam ao mesmo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1. Aplicam-se ao presente **CONTRATO** a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, sendo observados, quando pertinente, de forma supletiva, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSINATURA**

15.1. O presente **CONTRATO** será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

15.1.1. O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade, e data de emissão do ajuste, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2021, Leis Federais nºs 11.419/2006 e 12.682/2012.

15.1.2. Eventuais instrumentos complementares decorrentes do presente **CONTRATO** também serão, preferencialmente, firmados digitalmente pelas partes.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

**DOMINGOS DISSEI**

Presidente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE  
SÃO PAULO**

**<NOME DO REPRESENTANTE>**

<Cargo do representante>

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**